

A METAFÍSICA NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Mailson Bruno de Queiroz Carneiro Gonçalves¹

Kant inicia a *Crítica da Razão Pura* destacando, no prefácio de 1781, o problema imanente à faculdade racional: o conhecimento. Embora o autor reconheça no homem o desejo pela descoberta de princípios gerais, proveniente do interrogatório que lhe é inevitável, essa busca está condenada a desfechos inconclusivos quando seu objeto ultrapassa as condições de possibilidade gnosiológica.

A razão humana tem o peculiar destino, em um dos gêneros de seus conhecimentos, de ser atormentada por perguntas que não pode recusar, posto que lhe são dadas pela natureza da própria razão, mas que também não pode responder, posto ultrapassarem todas as faculdades da razão humana. (KANT, 2012, p. 17)

O sujeito cognoscente, baseados em pressupostos legados historicamente como eternos e necessários, pretende responder a pluralidade de questões que lhe é imposta pela razão, mas a arbitrariedade de leis gerais transforma sua tarefa num ritual tirânico e obscuro. Segundo Kant (2012, p. 17), "os princípios de que se serve, na medida em que extrapolam os limites da experiência, já não reconhecem nesta qualquer pedra de toque. O campo de batalha dessas intermináveis querelas chama-se *metafísica*".

Sob a defesa da tradição dogmática, que postulava a eternidade de seus fundamentos e adequava o objeto às suas pretensões de verdade, a metafísica representava a ciência primeira, o caráter indubitável do ser, a apoteose da especulação filosófica, de modo que, somente os céticos, convencidos apenas da dúvida permanente, abalavam o seu arcabouço impositivo e confuso.

No começo, sob a administração dos *dogmáticos*, seu governo era *despótico*. Como, no entanto, a legislação continha ainda traços da antiga barbárie, ela degenerou gradativamente, por meio de guerras internas, em uma completa *anarquia*; e os

¹ Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza/UNIFOR (2013). Bacharel em História pela Universidade Federal do Ceará/UFC (2017), graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará/UECE (2017-2020), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará/UFC (2019), Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará/UFC (2020-2024).

céticos, uma espécie de nômades que abominam todo cultivo duradouro do solo, desfaziam de tempos em tempos a união civil. (KANT, 2012, p. 18)

Ainda que tenham sido perturbados em seguida pela objeção do empirismo, os dogmáticos puderam restaurar seu primado gnosiológico e celebrar seus pressupostos universais, cuja perfeição apresentava sinais de fragilidade após sucessivas controvérsias.

Embora o nascimento daquela suposta rainha tivesse sido derivado da vulgaridade da experiência comum e, dessa forma, a sua pretensão tivesse de ser posta sob suspeita com justiça, ela seguiu a afirmar suas pretensões porque essa *genealogia* lhe fora falsamente imputada; e, com isso, tudo voltou de novo ao velho e carunchoso *dogmatismo* e, a partir daí, a um desprezo do qual se poderia ter salvo a ciência. (KANT, 2012, p. 18)

Após o colapso da metafísica, a eternidade dos princípios atribuída pelos dogmáticos à ciência é sobrepujada pela indiferença generalizada, cuja força motriz residia na dúvida proveniente do ceticismo. Embora a impossibilidade de formular juízos universais resultasse numa desordem generalizada, a fundamentação impositiva e arcaica responsável pela mistificação do conhecimento representava apenas um devaneio da especulação filosófica.

Agora, quando todos os caminhos (segundo se crê) foram tentados em vão, reinam nas ciências o tédio e o completo *indiferentismo*, mãe do caos e da noite na ciência, mas ao mesmo tempo a origem, ou ao menos o prelúdio, de uma iminente transformação e esclarecimento das mesmas, que se tornaram obscuras, confusas e estéreis por meio de esforços mal conduzidos. (KANT, 2012, p. 19)

A predominância da incerteza junto ao pensamento moderno demonstrava, segundo Kant (2012, p. 19), "a faculdade de julgar da época, que já não se deixa deter por um saber ilusório", portanto restava-lhe a tarefa de sistematizar uma crítica da razão capaz de fornecer ao sujeito cognoscente um método devidamente fundamentado, transparente e preciso, de modo a refutar definitivamente a aspiração pretensiosa da metafísica. Segundo Kant (2012, p. 19-20), "o dever da filosofia era suprimir as fantasias surgidas da falta de clareza, por mais que muitas ilusões apreciadas e amadas se vissem assim reduzidas a nada²".

² Embora as condições de possibilidade constituam o fundamento da crítica kantiana ao horizonte metafísico, a ruptura com o ceticismo é igualmente decretada pela filosofia transcendental devido à correspondência devidamente circunscrita entre o sujeito cognoscente e a coisa que lhe é externa.

O grande propósito da crítica kantiana à existência de princípios universais era demonstrar o absurdo de intenções imoderadas conforme postulava o dogmatismo da metafísica. Ao apontar os limites da razão, o pensamento transcendental inverteu o ponto de partida da investigação que, tradicionalmente, empenhava-se em desvelar a totalidade do objeto sem antes examinar as condições de possibilidade do conhecimento. Segundo Kant (2012, p. 20), "apenas se poderia perguntar, aqui, o quão longe espero chegar com isso, uma vez que me sejam tirados todo material e apoio da experiência".

A coisa externa ao sujeito cognoscente torna-se objeto da especulação filosófica mediante autoavaliação preliminar, pois o estatuto da razão deve ser anteriormente esclarecido mediante o juízo de si mesma antes de qualquer formulação subjetiva, de modo que todo conhecimento apodítico seja necessário. Desse modo, as determinações inscritas no entendimento representam o fim da arbitrariedade, das conjecturas e do engano que impediram o despertar da verdade. Sob uma crítica sistemática, o engodo metafísico consistiria apenas numa expectativa delirante registrada na história da filosofia.

No que diz respeito à *certeza*, eu mesmo me ditei a sentença: que nesse tipo de estudo não seja permitido de modo algum *opinar*, e que tudo que aqui simplesmente pareça uma hipótese seja mercadoria proibida, que não pode ser vendida nem pelo menor preço, mas tenha, isto sim, de ser confiscada tão logo descoberta. Pois o que se espera de todo conhecimento que deve ser *a priori*, com tanto mais razão, deva ser o padrão de medida e, portanto, o exemplo mesmo de toda certeza apodítica (filosófica). (KANT, 2012, p. 21)

A crítica da razão pura representa, para a teoria do conhecimento, uma rejeição virulenta à fragilidade estrutural do discurso metafísico, cuja tentativa de sistematizar princípios universais esbarrava nas próprias limitações do entendimento, bem como à postura inconclusiva dos céticos, cuja suspensão do juízo resultava numa desordem generalizada. Mediante autoavaliação e rigorosamente coordenada, a razão transformaria o paradigma da tradição filosófica ao demonstrar a impossibilidade gnosiológica do postulado greco-medieval sem recorrer à interdição do ceticismo.

O resultado decorrente dos procedimentos aplicados pela razão consiste no único parâmetro capaz de apontar horizonte gnosiológico concebido pelo sujeito cognoscente, pois, segundo Kant (2012, p.25), "se a elaboração dos conhecimentos que pertencem ao ofício da razão está ou não no caminho seguro de uma ciência é alvo que se poderá julgar agora em função do resultado". A incerteza das conclusões representaria necessariamente sua

fragilidade metodológica, pois o retorno às premissas que fundamentam a apreensão da verdade bem como a falta de convergência entre aqueles que pretendem desvelá-la evidenciam o caráter deficiente do postulado que tem como finalidade o conhecimento indubitável. De todo modo, as tentativas malogradas da tradição apresentam um aspecto relevante para a fundamentação da ciência, uma vez que a arbitrariedade do discurso metafísico foi prontamente rejeitada, "mesmo que se tenha de abandonar como inútil muito do que fazia parte, irrefletidamente, dos fins antes assumidos", conforme diz Kant (2012, p. 25).

Embora a mistificação do objeto bem como a suspensão do juízo tenham desviado o propósito da razão, a lógica aristotélica pôde cumprir seu papel diante do interrogatório proveniente da especulação, uma vez que foi capaz de sistematizar os princípios gerais do pensamento. Circunscrita à pura abstração, a lógica demonstrou os limites do entendimento e adquiriu um caráter propedêutico e necessário, "sendo pressuposta toda vez que se tem de julgar os conhecimentos", conforme diz Kant (2012, p. 26).

O autor prossegue sua exposição introdutória enumerando outro domínio da ciência cujo gestação do conteúdo é a priori. Assim como a lógica, o conhecimento produzido pela matemática antecede a própria experiência, uma vez que sua definição é puramente racional, isto é, "tem de ser apresentada sozinha de antemão e não pode misturar-se àquilo que vem de outras fontes", como declara Kant (2012, p. 26). A demonstração do triângulo isósceles, por exemplo, foi feita na Antiguidade sob alto grau de abstração, de modo que suas propriedades foram reveladas somente pelo exercício da razão. Já se referindo à física, o autor destaca a íntima relação entre as determinações do processo cognitivo e as experiências naturais como fundamento dos juízos sintéticos a priori.

A razão tem de dirigir-se à natureza com seus princípios numa mão, os únicos sob os quais fenômenos coincidentes podem valer como leis, e com o experimento que concebeu a partir deles na outra; e isso para de fato aprender com ela, mas não na qualidade de um aluno que recita tudo o que o professor quer, e sim na de um juiz constituído que força as testemunhas a responder às perguntas que lhe faz. (KANT, 2012, p. 28)

Os juízos sintéticos a priori, formulados mediante análise sistemática dos fenômenos naturais pelos princípios que regem o entendimento, confirmam o dogmatismo da metafísica ao reconhecer o primado da experiência para o conhecimento científico. Resultante da especulação mais ordinária, essa tradição impositiva transforma a coisa numa extensão de sua

vontade arbitrária. No mesmo sentido, diz Kant (2012, p. 29): "Não há nenhuma dúvida, portanto, de que o seu procedimento foi até aqui um tatear às cegas e, o que é pior, um tatear entre conceitos puros". A formulação de juízos correspondentes ao objeto que se apresenta ao indivíduo só é possível mediante as formas a priori do entendimento, portanto as ciências da natureza seriam decorrentes do arranjo entre a experiência e as leis gerais do pensamento. Desse modo, a filosofia transcendental kantiana representaria uma tentativa de superar os postulados que desconsideraram a mediação entre o puro intuir e a sensibilidade.

No que diz respeito à primeira parte da metafísica, em que ela se ocupa de conceitos a priori para os quais podem ser dados na experiência os objetos correspondentes, essa tentativa é tão bem-sucedida quanto poderíamos esperar e promete à metafísica o caminho seguro de uma ciência. (KANT, 2012, p. 31)

Embora o autor tenha sistematizado as regras do entendimento e demonstrado sua centralidade para a formulação de leis, ainda que provisórias, relativas à natureza, o conhecimento da coisa em si pelo sujeito transcendental permanece inconcebível devido à singularidade do fenômeno, pois o objeto, enquanto substrato da experiência, está inscrito num modo de representação. Projetar a coisa de modo incondicional resultaria numa necessidade ordinária, cuja arbitrariedade só encontraria paralelo no horizonte metafísico. O caráter particular da relação entre sujeito e objeto revela apenas a impossibilidade de formular juízos sintéticos a priori sem contingência bem como os limites da faculdade racional.

Imbuída pela tentativa de sistematizar os fundamentos da ciência, a filosofia transcendental kantiana inverteu o ponto de partida da especulação, apresentou as condições de possibilidade do conhecimento e forneceu à tradição um método capaz de superar tanto a universalidade dogmática metafísica como a dúvida permanente do ceticismo. Conforme declarou Kant (2012, p. 37), "a primeira e mais importante tarefa da filosofia, portanto, é fazer cessar a fonte dos erros e assim livrá-las, de uma vez por toda, de toda influência nociva".

Referências

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.